

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
BACHARELADO EM TURISMO**

GABRIEL DE MORAES SOARES

**O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE TEFÉ-AM:
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO**

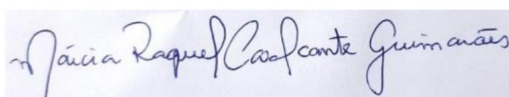
**MANAUS
2021**

GABRIEL DE MORAES SOARES

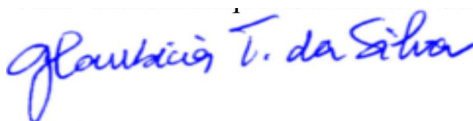
**O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE TEFÉ-AM:
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para obtenção do título de bacharel em turismo do curso de Turismo da Escola de Artes e Turismo-ESAT da Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Orientadora: Prof.^a. Tur.^a. Márcia Raquel Cavalcante Guimarães, Dr.^a

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a. Tur.^a Márcia Raquel Cavalcante Guimarães, Dr.^a



Prof.^a Glauécia Teixeira da Silva, Dr.^a



Tur.^a Jenniffer Ribeiro Silva, M.^a

**MANAUS
2021**

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar dedico este trabalho a minha querida terra **Tefé-AM**.

A meus pais, Aluísio Soares e Silvânia Fogaça, aos meus irmãos Bruno e Carolina.

Aos meus avós, dona Maria Leocádia (Dona Léo) e seu Raimundo Gomes (Seu Dão) que eu amo tanto.

E por fim, ao meu querido primo, Rafael Almeida de Moraes (*In Memoriam*), que nos deixou logo após o fim desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus, por ter me ajudado e dado forças para finalizar mais essa etapa de vida.

Agradecer aos meus pais, que confiaram em mim e me deram todo o apoio possível para que eu chegasse até aqui.

Aos meus queridos colegas de faculdade, Jully Leslly e Alfredo Rodrigues, que sempre me auxiliaram.

Aos meus amigos de Tefé, que me deram apoio desde o início dessa caminhada, em especial a Anna Beatriz Queiroz e Karla Adriane Martins.

Ao Lucas Ramus por contribuir com suas belas fotos da cidade de Tefé.

Agradeço as professoras e professores do curso de Turismo por todo o carinho e aprendizado, bem como Universidade do Estado do Amazonas – UEA pela oportunidade.

Agradeço especialmente a professora Dr.^a Jocilene Gomes por me dar impulso na ideia inicial deste trabalho.

E a minha querida e maravilhosa orientadora, que me auxiliou e incentivou com toda sua sabedoria Prof.^a. Tur.^a. Dr.^a. Márcia Raquel Cavalcante Guimarães, meu muito obrigado por tudo!

EPÍGRAFE

“Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização” (Mário de Andrade)

RESUMO

Tendo em vista a necessidade de estudos de políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural aliados ao turismo, pesquisa-se sobre o patrimônio cultural da cidade de Tefé-AM bem como suas políticas públicas e o turismo, a fim de analisar estas e estabelecer as relações e contribuições do turismo. Para tanto, é necessário identificar quais são os patrimônios culturais de Tefé e verificar e analisar as políticas públicas de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural da referida cidade. Realiza-se, então, uma pesquisa de abordagem qualitativa, partindo da perspectiva da triangulação dos dados coletados e analisados a partir de pesquisa documental, bibliográfica e de campo com registros fotográficos. Diante disso, verifica-se que a cidade de Tefé tem uma diversificação de bens edificados de natureza histórica e bens de natureza imaterial ímpar, sobre a qual existem poucas políticas públicas que sejam voltadas para valorização destes, a partir disto impõe a constatação de que o turismo pode ser um dos vetores de valorização da cultural local bem como de políticas públicas mais efetivas no que tange o patrimônio cultural da cidade de Tefé.

PALAVRAS CHAVE: TURISMO. PATRIMÔNIO CULTURAL. TEFÉ.

ABSTRACT

Bearing in mind the need for studies of public policies to safeguard cultural heritage combined with tourism, research is carried out on the cultural heritage of the city of Tefé-AM, as well as its public policies and tourism, in order to analyze these and establish relationships and tourism contributions. Therefore, it is necessary to identify the cultural heritage of Tefé and verify and analyze the public policies for the enhancement and safeguarding of the cultural heritage of that city. Then, a research with a qualitative approach is carried out, starting from the perspective of triangulation of data collected and analyzed from documentary, bibliographic and field research with photographic records. Therefore, it appears that the city of Tefé has a diversification of built assets of a historic nature and assets of a unique immaterial nature, on which there are few public policies aimed at valuing these, from this it imposes the observation that the tourism can be one of the vectors for valuing local culture as well as more effective public policies regarding the cultural heritage of the city of Tefé.

KEYWORDS: TOURISM. CULTURAL HERITAGE. TEFÉ.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Método da Triangulação.....	21
Figura 02 - Vila de Ega (Tefé).....	23
Figura 03 - Matriz de Santa Tereza.....	25
Figura 04 – Casa da Missão.....	26
Figura 05 - Igreja Divino Espírito Santo.....	27
Figura 06 – Seminário São José.....	28
Figura 07 – Catedral de Santa Tereza e ao lado Prédio da Rádio Educação Rural, 1967.....	29
Figura 08 – Prefeitura de Tefé.....	30
Figura 09 – Mercado Municipal, 1983.....	31
Figura 10 - Prédio onde funcionava a Pan Air.....	32
Figura 11 – Prédio onde funcionava a Pan Air.....	32
Figura 12 – Prédio da Capitania dos Portos.....	33
Figura 13 – Casas na esquina da rua Daniel Sevalho com a Travessa Sete de Setembro.....	34
Figura 14 – Fachada do antigo Mercado Municipal.....	35
Figura 15 – Praça Túlio Azevedo.....	35
Figura 16 - Prédio da coletoria Federal de Tefé.....	36
Figura 17 - Fôlder da Festa da XVI Castanha.....	37
Figura 18 - Folder de divulgação do 49º Festival Folclórico de Tefé.....	39
Figura 19 – Festejo de Santa Teresa D’ávila em Tefé-AM.....	40
Figura 20 – Seminário São José atualmente.....	44
Figura 21 – Fachada do Cemitério Catedral da Saudade.....	46
Figura 22 – Casa da Missão dos Espiritanos atualmente.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de Bens com processos de tombamento em andamento no interior do Amazonas pelo Iphan	43
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	12
1.2 JUSTIFICATIVA.....	13
1.3 OBJETIVOS.....	14
1.3.1 Objetivo Geral.....	14
1.3.2 Objetivos Específicos.....	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Patrimônio Cultural Material, Imaterial e o Turismo.....	15
2.2 Políticas Públicas e o Turismo.....	17
3. METODOLOGIA.....	20
4. RESULTADOS.....	22
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE TEFÉ E SEUS PATRIMÔNIOS CULTURAIS	22
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM TEFÉ: ANÁLISE DE PROCESSOS DE TOMBAMENTO, NORMATIZAÇÕES E AÇÕES GOVERNAMENTAIS E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda os Patrimônios Culturais, bem como as Políticas Públicas em todas as esferas voltadas para a salvaguarda dos patrimônios. O local escolhido para a análise é a cidade de Tefé, localizada no interior do Estado do Amazonas, região do Médio Solimões, a 523 km da capital Manaus.

Em seus primórdios, antes de receber a denominação de cidade de Tefé, o local era habitado por diferentes povos indígenas que sofreram fortemente com o processo de colonização, sendo que, a igreja católica, especificamente marcadas pela disputa entre Espanha e Portugal que se mantiveram presentes na região durante muitas décadas, empreendendo seus projetos de conversão religiosa, acarretando inúmeros impactos na vida dos povos indígenas (TELES, 2013, p. 50-51).

Dentre os prédios históricos existentes de Tefé, vale citar o Seminário São José localizado no centro da cidade, construído com o objetivo de formar padres. As obras do seminário foram iniciadas em 1913 sendo idealizadas por Monsenhor Miguel Alfredo Barrat, que solicitou ao arquiteto francês Raphael Haaga a elaboração do projeto de construção (PESSOA, 2005, p. 76).

A primeira parte do seminário foi inaugurada em 1919 e a segunda somente em 1935. Anos depois passou a funcionar também como uma escola de formação para meninos (Idem). Desde a sua construção passou por diversas reformas sendo a última em 2013, custeadas pela prelazia de Tefé e por meio de doações (Prelazia de Tefé). Atualmente ele funciona como sede de pastorais, secretaria paroquial, movimentos ligados à Igreja Católica, residência do Bispo e casa de passagem dos padres.

Além do Seminário, há a matriz de Santa Teresa D'Ávila, também localizada na parte central da cidade, sendo iniciada sua construção em 15 de outubro de 1922 (PESSOA, 2005, p. 79), sendo atualmente uma construção imponente, símbolo da cultura e religiosidade da cidade.

Há também o Palácio Bertholletia Excelsa, que teve suas obras iniciadas em meados de 1928 pelo prefeito da época, Atilio Nery. O objetivo inicial era construir uma escola com os mesmos aspectos das escolas da capital Manaus. Foi na administração do prefeito Cleto Marques Praia que foi concluída a obra, sendo autorizada pelo Governador Álvaro Maia, o uso do prédio como sede da Prefeitura de Tefé. Assim foi inaugurado em 1938 com a denominação de Palácio Bertholletia Excelsa (Castanha-do-Brasil), onde permanece atualmente como sede do poder municipal (PESSOA, 2005, p. 104).

Ademais, temos também a Comunidade da Missão, contendo três patrimônios importantes como: a casa da Missão, Igreja do Divino Espírito Santo e Cemitério da Missão, cujo valor histórico é imensurável. Cabe ainda destacar a existência dos patrimônios culturais imateriais representados pelos inúmeros saberes e fazeres da cultura local.

Com a presente pesquisa pretende-se levantar dados acerca dos patrimônios existentes na cidade, ressaltando sua relevância como testemunhos da história, a formação da cidade e, por fazerem parte de uma memória coletiva bem como associando-os ao planejamento e ordenamento do setor turístico na cidade. Vale salientar, que conforme assinala Carvalho (2011, p. 142) “Memória e patrimônio estão inter relacionados, uma vez que ao serem acionados, aludem às reminiscências que conferem aos grupos sociais o sentido de pertencimento a uma determinada cultura e sociedade”.

É importante levantar dados sobre os patrimônios existentes, pois podem somar aos dados já existentes, e também produzir novos, nos quais possam aparecer correlações entre os patrimônios e o turismo, enquanto atrativos, mas sobretudo, que tais estudos possam problematizar a urgência de políticas patrimoniais nas quais o poder público municipal, por muito tempo, manteve-se sob uma postura omissa em relação a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade.

O estudo foi estruturado em dois tópicos de resultados, para fins de melhor compreensão. Sendo que o primeiro, retrata o contexto histórico da cidade de Tefé desde sua fundação, elevação como vila, onde introduz os seus patrimônios culturais e todos seus aspectos históricos de construção e surgimento na cidade. No segundo capítulo é feito uma análise sobre políticas públicas existentes ou não de salvaguarda do patrimônio cultural, desde processos de tombamentos, normatizações e outras ações governamentais bem como suas relações com o turismo neste âmbito do estudo.

1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

O que se observa é que muitos gestores, ao longo dos anos, por quererem deixar sua “marca”, acabam modificando ações das gestões anteriores, assim, as obras já feitas são deterioradas e/ou descaracterizadas, a exemplo da praça Túlio Azevedo que ao longo dos anos sofreu modificações, sendo adicionado ou retirado algo feito pelas gestões municipais passadas, uma prática comum em muitas cidades, não apenas em Tefé.

O patrimônio cultural Material é importante para a preservação da memória coletiva, visto que “a estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades”

(ARANTES, 2006, p. 434). Além disso, “ele possui um valor educativo determinante e está ameaçado pelo abandono, por restaurações abusivas e, especialmente, pela especulação financeira e imobiliária” (Idem).

Nesse sentido, são importantes as observações de Márcia Santana (apud MEIRA, 2004, p. 03), ao afirmar que “as políticas públicas são um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível do discurso através de sua simples formulação”. Além disso, políticas públicas são perceptíveis ou atreladas em um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do estado (Idem). Observa-se então uma carência, ou melhor, elas são praticamente inexistentes no município de Tefé, particularmente nos últimos anos.

Diante disso, na busca por levantar dados e reflexões sobre os caminhos pelos quais trilham o Patrimônio Cultural da cidade de Tefé e suas relações com o turismo, elaborou-se o seguinte questionamento: Como Patrimônio Cultural da Cidade de Tefé e suas Políticas Públicas estão relacionadas ao Turismo?

1.2 JUSTIFICATIVA

Considera-se ser de suma relevância a produção de pesquisas que tratam sobre os Patrimônios Culturais de uma dada localidade, uma vez que estes se configuram na história, na cultura e na identidade da mesma. Por esse prisma, pesquisar os Patrimônios Culturais existentes na cidade de Tefé-AM, bem como as políticas públicas aplicadas a fim de salvaguardá-lo e suas relações com o turismo, são eleitos como o foco da pesquisa.

A ideia em realizar a presente pesquisa também se justifica pela compreensão acerca da relevância da valorização dos patrimônios culturais no âmbito do turismo. Estes são fatores motivadores, pois “não se pode buscar preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar as construções por ele utilizadas e as manifestações quotidianas de seu viver” (CORREA, AQUINO, et al., 2016, p. 139).

É necessário a existência de políticas públicas que salvaguardem esses patrimônios, tendo em vista o turismo como uma base importante para sua preservação. Segundo Filho (2002, p.21), “[...] a conservação do patrimônio natural e cultural favorece o turismo, sendo importante para atrair e desenvolver um turismo de qualidade em uma região”, patrimônio cultural é um fator importante no contexto do turismo, consolidando assim estes como atrativos turísticos ímpares na cidade de Tefé-AM.

Com a pesquisa espera-se contribuir com essas reflexões sobre o turismo na salvaguarda dos Patrimônios Culturais. Trata-se de um trabalho que tende a ser inovador neste sentido, pois observou-se a escassez de fontes e de pesquisas, se tratando da realidade do Patrimônio Cultural em Tefé-AM. Portanto, este estudo trará contribuições tanto para as políticas locais através do estudo e os levantamentos de patrimônios existentes, para a academia no que tange a realização deste estudo e contribuição para futuras pesquisas, quanto para que as pessoas possam conhecer sobre a história e a diversidade cultural no interior do Amazonas.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

- Analisar as políticas públicas de salvaguarda concernente ao patrimônio cultural da cidade de Tefé-AM e suas relações com o turismo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar o patrimônio cultural da cidade de Tefé-AM utilizados como atrativo turísticos;
- Verificar as políticas públicas voltadas para a valorização e salvaguarda do patrimônio cultural da cidade de Tefé-AM.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Patrimônio Cultural Material, Imaterial e o Turismo

Estes estão atrelados de maneira intrínseca a sociedade, bem como estão por todos os lados, e são diversos, vão desde bens edificados sendo estes materiais, até imateriais sendo os saberes e fazeres de uma população. O turismo tem papel fundamental no desenvolvimento e valorização destes bens, onde através de roteiros pode contribuir tanto na economia quanto na valorização da cultura local. De maneira mais aberta, Dias (2006, apud CARVALHO 2011, p. 152), afirma que:

O patrimônio é uma das partes mais visíveis da memória coletiva de uma sociedade, história materializada em objetos e em ações carregadas de significados; são símbolos que, continuamente, lembram que a realidade dos processos socioculturais atuais está no passado e se articula constantemente com ele, ao redefini-lo e redefinir-se ao mesmo tempo.

Para Abreu e Chagas (2003, apud CARVALHO, 2011), o Patrimônio Cultural é um reflexo e produto da dinâmica social, sobre a qual este se apresenta de forma diversa, e alcança “as produções materiais e imateriais, passadas e presentes, os modos de vida, práticas e manifestações culturais que particularizam uma determinada sociedade”.

Nota-se a semelhança destes conceitos, onde os autores destacam que patrimônio cultural é parte da memória coletiva, mas também é reflexo e produto da dinâmica social, surgindo das relações culturais diversas.

Já Meira (2004, p. 01) contribui assertivamente afirmando que:

O campo do patrimônio pressupõe atribuição de significado a determinados bens. Envolve concepções que mudam com o tempo, com os valores da sociedade. Relaciona-se com os conceitos de identidade, modernidade e nacionalidade e sua construção apresenta momentos em comum as trajetórias dos conceitos de história, arqueologia, arte e arquitetura.

De modo mais específico, patrimônios culturais materiais, são, segundo Funari e Pelegrini (2006, p. 20) “[...] um bem material concreto, um monumento, um edifício, assim como objetos de alto valor material e simbólico para a nação”. Tratando-se do patrimônio material como parte importante e visível da memória coletiva, carregado de seus significados, um bem tangível, sendo estas partes importantes para história e cultura do povo Tefeense.

Já a Constituição Federal Brasileira de 1988, define no artigo 216 como Patrimônio Cultural Brasileiro “os bens de natureza material e imaterial tombados, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. E no decreto 3.551/2000 define patrimônio cultural imaterial como “os saberes, ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam” (BRASIL, 1988, apud CAPONERO e LEITE, 2010, p. 107).

Choay (2011, p. 11), traz um conceito de patrimônio histórico sendo este:

A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.

Como exemplos de patrimônios materiais considerados históricos podemos destacar a praça Túlio Azevedo, Prédio da Prefeitura Municipal, cemitério Catedral da Saudade e muitos outros. Além daqueles de caráter religioso, como o seminário São José, Catedral de Santa Tereza e Comunidade das Missões, que ainda se mantêm preservados graças aos esforços da Prelazia de Tefé, mas que também necessitam de um olhar maior e mais delicado tanto da sociedade, e principalmente do poder público evidentemente para a preservação destas edificações que são parte da memória coletiva da cidade, por meio de políticas públicas de preservação.

Há também os patrimônios imateriais, com dimensões extraordinárias, na qual Funari e Pelegrini (2006, p. 24-25) afirmam que são “[...] um conjunto de bens que se repetem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir o excepcional”, a exemplo do festival folclórico de Tefé, com danças, música e diversas apresentações culturais, que foram surgindo conforme a cidade foi crescendo e se desenvolvendo, e que contam a história da cidade através de danças e são repassadas através das gerações.

Diante da riqueza representada pelo Patrimônio Cultural Material e Imaterial da cidade de Tefé, estruturou-se a presente proposta visando contribuir com a sistematização de dados especificamente sobre o Patrimônio Culturais constituídos como representações do período da colonização e conversão religiosa na cidade.

Os patrimônios culturais são importantes para o desenvolvimento turísticos, além da valorização da identidade cultural tefeense, onde CARVALHO (2011, p.157-158) afirma que:

Por meio dos patrimônios culturais, a atividade turística promove trocas recíprocas entre os grupos sociais, o reconhecimento da diversidade cultural, a difusão de informações sobre o patrimônio, fortalecendo, desse modo, as identidades locais em meio ao processo de globalização e à tendência a padronização do capital simbólico no âmbito das sociedades contemporâneas.

Essas trocas recíprocas entre comunidade e visitante são importantes para valorização cultural. Paralelo a isso, o turismo também é suscitador do sentimento de pertença da comunidade em relação ao seu patrimônio, sendo estimulado a conservação da memória e da própria identidade cultural (BARRETO, 2001, apud CARVALHO, 2011).

A preservação dos patrimônios culturais é importante e necessária, tanto para fins de valorização da cultura local, como para o turismo. Ainda em relação ao turismo, Carvalho (2011, p. 162) afirma que “[...] o turismo passa a ser entendido como instrumento de reforço das identidades e de articulação das culturas locais [...]”.

2.2 Políticas Públicas e o Turismo

As políticas públicas são de extrema importância, visto que podem valorizar e promover a cultura, além de poder incentivar o turista a visitar a cidade e conhecer aquilo que ela tem de melhor a oferecer, e a população se identificar com aquilo que faz parte da sua cultura. E nessa ótica Ribeiro, Souto e Gomes (2009, p. 06) afirmam de forma assertiva que “as políticas públicas necessariamente devem implicar no desenvolvimento planejado a curto, médio e longo prazo, para que a atividade proposta se desenvolva de maneira controlada”.

De acordo com Vieira (2005, p. 16), de maneira similar aos autores acima, as políticas públicas tem a função histórica de apresentar ações para a sociedade que minimizem ou solucionem problemas que afetam ou interferem a população, e seu objetivo é contribuir para o amadurecimento da cidadania.

Secchi (2010, apud LIMA, 2016, p. 28) apresenta um conceito interessante e afirma que política pública é:

Uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público: em outras palavras, a razão para o estabelecimento de um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Nesse pensamento, corroborando com os demais autores, Silva e Garcia (2013, apud LIMA, 2016 p. 28) complementam que “o objetivo e o alcance de determinada política devem ser pensados em conjunto, onde haverá vários sujeitos em um mesmo processo e as consequências da tomada de decisão recairá sobre todos eles, seja para o benefício ou não”. Logo, as decisões tomadas no que se trata de política pública devem ser feitas em conjunto, visto que as decisões são tomadas em benefícios destes, tal qual um efeito dominó, cada decisão poderá afetar à todos.

Lima (2016, p. 28) define duas vertentes de política públicas, onde afirma que “[...] na visão da vertente estatal, responsabilizam apenas o Estado pelo planejamento, execução e finalização do processo da política”. Já a segunda vertente tem uma “visão coparticipativa elas permitem o auxílio de agentes que não pertencem ao Estado para atuar em frentes mediadoras em busca da solução de um problema público”.

Corroborando com isto, Márcia Santana (apud MEIRA, 2004, p. 03) afirma que:

As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do estado. Embora as políticas e as ações estatais nem sempre estejam completamente previstas ou regulamentadas em lei, esta é sempre o limite máximo, a instância que prevê os parâmetros gerais dentro dos quais deve se dar a decisão ou a tomada de decisão.

Assim, os órgãos de preservação, tanto na esfera federal, estadual ou municipal segundo Murta (2002, apud CAPONERO e LEITE, 2010, p. 107), “são responsáveis por buscar recursos, alternativas de sustentabilidade financeira, dentre os quais o turismo pode ser beneficiamento decisivo”.

No que tange políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural edificado, Meira (2004, p. 09) argumenta que:

No âmbito dos municípios, a preservação do patrimônio cultural edificado, no Brasil, foi tradicionalmente efetivada através de lei de tombamento e pelos instrumentos de planejamento urbano – planos diretores, leis de uso do solo, etc. Muitas capitais brasileiras apresentam esses instrumentos, porém de maneira parcial ou em época mais recente.

Dito isto, já na ótica da política pública do patrimônio cultural e da atividade turística Carvalho (2011, p. 161) salienta que “o patrimônio cultural como produto turístico prescinde de um gerenciamento racional e equilibrado, no qual os diferentes atores sociais interagem de forma integrada e colaborativa”.

E pensando no patrimônio cultural e a atividade turística correlacionados, Carvalho (2011, p. 162) também complementa que:

O aproveitamento do patrimônio cultural pela atividade turística deve considerar os elementos definidores da cultura sob o olhar da comunidade, incrementando a oferta local com roteiros, serviços e produtos que enalteçam a vivência dos turistas no destino, além de enfatizar o protagonismo da comunidade em áreas de interesse turístico. Assim, o turismo passa a ser entendido como instrumento de reforço das identidades e de articulação das culturas locais, na medida em que estimula a participação da comunidade no processo de planejamento e gestão da oferta turística.

Nesse sentido, podemos destacar o conceito de Turismo Cultural, sendo que este “compreende as atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 06)

Para Carvalho (2011, p. 159), “no âmbito do turismo cultural, a valorização dos conteúdos dos bens patrimoniais enaltece a experiência turística, ao mesmo tempo em que fortalece os laços identitários entre a comunidade e o seu patrimônio”, diante desta ideia, nota-se carência deste planejamento do turismo e os patrimônios culturais na cidade de Tefé

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, com uso de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Flick (2009, p. 23) ao falar sobre pesquisa qualitativa, defende que:

As ideias centrais que orientam a pesquisa qualitativa diferem daquelas da pesquisa quantitativa. Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção do conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos.

A opção pelo uso da pesquisa qualitativa permite ao pesquisador a possibilidade de emprego e combinação de multimétodos, a fim de seguir um melhor caminho metodológico para desenvolver e alcançar os objetivos da pesquisa. Flick (2009, p.32) refere-se à essa combinação de métodos e abordagens como triangulação e afirma que:

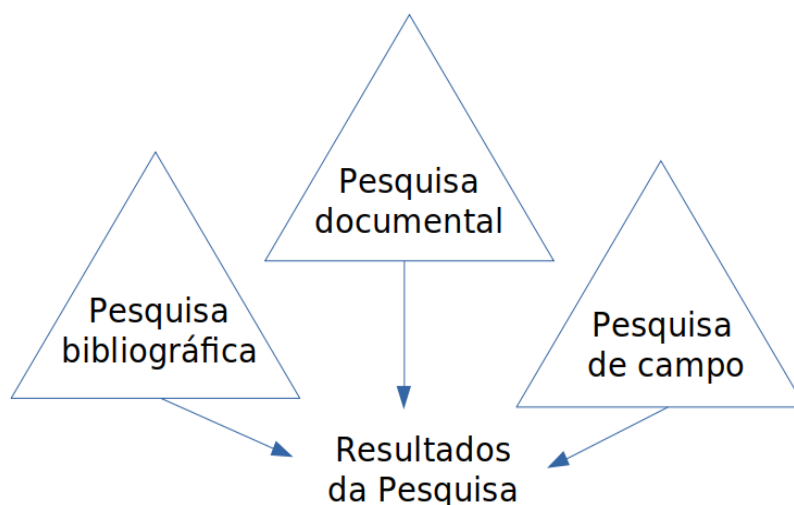
A triangulação supera as limitações de um método único por combinar diversos métodos e dar-lhes igual relevância. Torna-se ainda mais produtiva se diversas abordagens teóricas forem utilizadas, ou ao menos consideradas, para a combinação de métodos.

Na perspectiva da triangulação, o estudo utilizou a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica forneceu o aporte teórico para o estudo, além de orientar acerca do estado da arte da temática estudada. Segundo Severino (2007, p.122), a pesquisa bibliográfica é aquela que “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados”. A pesquisa bibliográfica, foi feita em artigos científicos, teses, dissertações, periódicos e livros que tratam sobre as categorias do estudo, tanto de forma online ou *in loco* dentro das possibilidades.

Na pesquisa documental utilizou-se variadas fontes (sem análise primária) a exemplo de jornais, revistas, documentos oficiais, cartas, dentre outros retirados de sites oficiais da prefeitura de Tefé, Câmara Municipal, Iphan e outros órgãos. Tendo em vista que a pesquisa documental pode se utilizar de documentos diversos, sem tratamento analítico, a fim de complementar e embasar as discussões suscitadas com a pesquisa (FONSECA, 2002 apud GERHARDT E SILVEIRA, 2009).

Na pesquisa de campo, “o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, [...]” (SEVERINO, 2007, p.123). Foi realizada pesquisa de campo, em função de alguns materiais e dados não serem disponibilizados de forma online. A ida a campo incluiu a realização do registro fotográfico dos Patrimônios Culturais da cidade de Tefé, e a observação direta. Considerando o atual cenário, o trabalho de campo tomou todas as medidas de prevenção da Covid-19 estabelecidas pelos protocolos de biossegurança prescritos pelos órgãos internacionais de saúde. Dessa forma, a figura 1 apresentada abaixo, resume o método da triangulação utilizado.

Figura 1 - Método da Triangulação



Fonte: O autor, 2021.

Pelas limitações impostas pela pandemia da Covid-19 e também pela distância geográfica, optou-se também por utilizar ferramentas de pesquisa online. De acordo com Flick (2013, p. 25) quando diz que as “limitações impostas podem algumas vezes ser superadas se você decidir realizar seu estudo *on-line*. Pois, “os métodos qualitativos e quantitativos têm sido adaptados para este tipo de pesquisa”. Em função destas limitações, foram feitos levantamentos de materiais online como artigos científicos, teses, dissertações, periódicos, livros, publicações no diário oficial dos órgãos executivo e legislativo, bem como contato com os órgão públicos do município de Tefé e os demais ligados à temática pesquisada, via e-mail ou ligação.

4. RESULTADOS

Este tópico traz o contexto histórico da cidade de Tefé, desde sua fundação até a elevação à categoria de cidade. São elencados os patrimônios culturais edificados que surgiram ao decorrer de sua história, tanto de contribuições advindas da Igreja Católica, quanto do próprio poder público à época. Ainda no primeiro tópico de resultados são identificados estes patrimônios, bem como seus respectivos contextos históricos e de fundação, além de um breve debate de como alguns deles encontram-se atualmente. Logo após, o capítulo é finalizado com os patrimônios culturais imateriais, dando destaques as festividades culturais da cidade e seu surgimento no decorrer da história bem como sua importância cultural para a cidade e para o turismo.

No segundo tópico de resultados é feita uma análise das políticas públicas existentes concernentes à salvaguarda do patrimônio cultural de Tefé, se estas existem de fato ou não e quais são essas políticas, sejam elas no âmbito Federal, Estadual ou Municipal. São feitas análises de processos de tombamentos, normatizações e que ações todas as esferas governamentais estão realizando, visando a preservação destes patrimônios elencados acima no primeiro capítulo. Este capítulo é finalizado trazendo reflexões e estabelecendo suas relações entre preservação do patrimônio cultural seja ele material ou imaterial e suas relações com o turismo.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE TEFÉ E SEUS PATRIMÔNIOS CULTURAIS

Segundo Santos (2016, p. 43-44), seu surgimento como vila se deu em função da disputa de territórios da Amazônia entre Portugal e Espanha, sobre a qual se inicia o estabelecimento de aldeias missionárias jesuíticas espanholas entre 1689 e 1691 fundadas pelo padre Samuel Fritz, denominada como aldeia de Tefé.

Mais tarde é estabelecida como base militar Portuguesa para garantir a defesa, permanência, controle do território e “civilização” dos indígenas, com isso os jesuítas foram expulsos (Santos, 2016, p. 44). A partir do diretório dos Índios de 1757 inicia-se um novo capítulo na história da Amazônia, já nas mãos de Marquês de Pombal, a partir de então, no ano de 1759 a aldeia é elevada à categoria de Vila, denominada de Ega (Teles, 2013, p. 53).

Figura 02 - Vila de Ega (Tefé)

Fonte: Acervo fotográfico Biblioteca Nacional, 2021.

De acordo com Pessoa (2005, p. 49) “a vila já tinha evoluído bastante. Tinha um comércio intenso com a extração da borracha e a pesca do pirarucu [...]”, além disso a população também já ansiava por essa elevação. Logo, em função deste desenvolvimento, a vila é elevada à categoria de cidade através da resolução nº 44 de 15 de junho de 1885.

A origem do nome Tefé segundo Souza (1983, p. 9), é originado de Tapí ou Tapé, sendo derivado de um povo indígena já extinto, os Tupebas ou Tapibás. De acordo com o autor, Tefé é um dos núcleos familiares mais antigos do Amazonas.

Já a denominação Vila de Ega, segundo Santos (2016, p. 13), é originado de uma vila portuguesa, situada no distrito de Coimbra em Portugal. Este nome se deu em vista da colonização portuguesa na Amazônia à época, durante o governo Pombalino através da Carta Régia, onde mandava substituir o nome das povoações locais para o de vilas portuguesas. De acordo com Otaviano Mello (1967, apud Santos, 2016):

O significado da topomínia Ega tem origem no hebraico adh- Ega admitida do latim, cujo prefixo adh indica direção (orientação) para um determinado lugar ou objeto (para a parte de). E o seu radical Ega, significa lugar, a terra fresca onde se

depositam o vinho, a fim de adquirirem todas as suas virtudes, é a terra por excelência boa.

A partir deste contexto, a cidade passa a se desenvolver e a necessitar de serviços básicos e obras de infraestrutura que acompanhassem o seu desenvolvimento. Dessa forma, a igreja católica teve papel ímpar em construções e na educação, além do poder público em construções como o mercado municipal e o palacete Bertholletia Excelsa, cadeia pública e outros.

A igreja teve papel importante no desenvolvimento da cidade, com o intuito de catequizar aqueles que ali viviam. A cidade passou por diversas transformações desde seu nascimento como de fato sua elevação à categoria de cidade em 1885 (SANTOS, 2016, p. 15).

Com isso diversas construções e modificações foram feitas, a exemplo do seminário São José, construído inicialmente com o objetivo de formar padres, e mais tarde servindo como escola de formação (PESSOA, 2005, p. 76), com grande importância para o desenvolvimento educacional não só de Tefé, como também das demais cidades do médio Solimões.

Assim como as demais cidades do Amazonas, Tefé é marcada pela diversidade cultural e repleta de patrimônios culturais, sendo eles de cunho material e imaterial. No que tange, os patrimônios materiais, destaca-se os de natureza histórica e religiosa, como a Igreja matriz de Santa Tereza, importante e imponente edificação histórica da cidade.

A **Matriz de Santa Tereza** é um imponente e importante patrimônio material edificado, sendo um dos cartões postais da cidade, com uma arquitetura grande e imponente carregada de história e cultura. O autor Pessoa (2005, p. 79) narra sem muitos detalhes, que depois de Monsenhor Barrat ter construído o Palácio Apostólico, ele lançou a pedra fundamental da catedral no dia 15 de outubro de 1922 e foi inaugurada em 19 de outubro de 1935.

A Igreja Matriz é um importante Patrimônio Cultural e atrativo turístico, que se destaca na paisagem da cidade por sua arquitetura ímpar e suas pinturas no interior, além da torre com vista única na cidade, na qual se encontra atualmente preservada através dos cuidados da Prelazia de Tefé.

Figura 03 - Matriz de Santa Tereza

Fonte: Site IBGE, 2021.

Podemos destacar também a **Comunidade da Missão**, que é visitada por turistas nacionais e estrangeiros, padres e demais religiosos, com seu esplendor arquitetônico sendo o portal de entrada para a cidade por meio fluvial, com vista privilegiada para o Rio Solimões. A comunidade consiste em três patrimônios edificadas, sendo estes: Casa da Missão, a Igreja Divino Espírito Santo e Cemitério da Missão.

A Casa da Missão segundo Correa, Aquino e Souza (2016, p. 140), é intitulada desde 2002 de Centro de Espiritualidade Cláudio Poullart de Places, que foi fundador da Congregação do Espírito Santo em Paris.

O primeiro prédio foi construído inicialmente entre os anos de 1897 e 1899, para abrigar missionários e também ser também em 1899 um centro educacional com o nome de “Asilo Orfhanológico de Educandos Artífices e Lavradores da Missão da Bocca de Tefé”, onde abarcava diversos cursos profissionalizantes como mecânica, marcenaria, movelaria, construção naval e outros (idem, p. 141). A casa da Missão, conforme visto na figura 04 abaixo, encontra-se necessitando atualmente de pinturas e reparos, mas se mantêm preservada sob os cuidados da Igreja.

Figura 04 – Casa da Missão

Fonte: Lucas Ramus, 2021

Com o desenvolvimento da cidade, e o passar dos anos estes serviços educacionais foram transferidos para Tefé, devido a Comunidade da Missão se localizar em zona rural. A partir de 1954 é construída a segunda Casa da Missão, e fora cedida para as Secretarias Estaduais de Educação e à Secretaria de Saúde. De acordo com Correa, Aquino e Souza (2016, p. 141), a casa teve diversas funções:

A Casa da Missão, antes das antigas oficinas, por muitos anos abrigou a Escola Paroquial, depois Estadual Nossa Senhora das Graças oferecendo as modalidades do Ensino Infantil, fundamental e ensino Médio, atividades e educação catequética além, de ser um espaço onde se desenvolviam atividades culturais e religiosas da sociedade local, pois até hoje a comunidade da Missão tem cultivado tradições como a das Pastorinhas no Natal, dos cordões e danças nas festas juninas dentre outras.

A Igreja Divino Espírito Santo teve sua construção iniciada em 1923 e inaugurada em 1952, em função da substituição da antiga capela de madeira em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus. A Igreja passou por restauração em 2015, de acordo com Correa, Aquino e Souza (2016, p. 141):

Essa reforma foi iniciativa dos padres Espiritanos, os recursos, segundo o pároco, são oriundos de donativos dos paroquianos, da congregação dos padres Espiritanos, de devotos do Divino Espírito Santo e de amigos e familiares do padre Antônio Gruyters.

Figura 05 - Igreja Divino Espírito Santo



Fonte: Acervo Particular do autor, 2017.

O Cemitério da Missão é onde repousam os antigos missionários que fizeram parte da história da cidade desde o início, como o Padre Augusto Cabrolié que contribuiu muito para a história da cidade com seus escritos, Padre Paulo Verweijem que teve papel importante na instalação da Rádio Educação Rural de Tefé, Padre João Wirtz primeiro sepultado neste cemitério, e muitos outros que de certa forma contribuíram muito para a história e o desenvolvimento da cidade (CORREA, AQUINO E SOUZA, 2016, p. 141).

O Seminário São José, este imponente prédio histórico e cultural, foi uma das mais importantes escolas do Alto Solimões (À época), onde rapazes dos municípios vizinhos vinham estudar. Seu primeiro objetivo se deu em função da necessidade de formação de padres na região, como o nome de Externato São José.

Figura 06 – Seminário São José

Fonte: Site IBGE, 2021.

Segundo Pessoa (2005, p. 76), o palácio episcopal, sendo este a primeira parte do conjunto do seminário São José, teve início de suas obras em 1913, fora finalizado e inaugurado em 1919 por Monsenhor Barrat. A construção do prédio do seminário teve início em 1931, anexo ao palácio apostólico e foi concluído em 1935. O autor ainda assinala que o seminário funcionou como escola por cerca de 40 anos.

Atualmente, ele funciona como sede de pastorais, secretaria paroquial, movimentos ligados à Igreja Católica, residência do Bispo e casa de passagem dos padres, e mantêm-se bem preservado, contudo necessitando de um maior olhar do poder público em parceria com a Igreja Católica.

A **Rádio Educação Rural de Tefé**, foi criada segundo Silveira e Coelho (2012, p. 374) em face da necessidade de se transmitir as aulas para a comunidade local e ribeirinhas durante o período de vigência do MEB (Movimento de Educação de Base). A rádio foi idealizada pelo primeiro Bispo da Prelazia de Tefé à época, Dom Joaquim de Lange, onde o autor Pessoa (2005, p. 121) narra que “uma das preocupações era atender aqueles abandonados e esquecidos no centros de exploração de produtos naturais, ao que viviam no furos, igarapés e lagos [...]”.

Logo após, Dom Joaquim conseguiu licença do Governo Federal para instalação da emissora de rádio, e no ano de 15 de Dezembro de 1963 foi inaugurada a Rádio Educação Rural de Tefé (idem).

Figura 07 – Catedral de Santa Tereza e ao lado Prédio da Rádio Educação Rural, 1967



Fonte: Pessoa, 2005.

Estes patrimônios culturais são advindos das contribuições da igreja e do poder público, sendo heranças históricas, que sobrevivem às mudanças ocorridas no meio urbano, como o crescimento da população, de novas construções no entorno dos prédios, e também em decorrência do próprio descaso do poder público com os patrimônios históricos culturais.

Dentre os prédios históricos advindos do poder público, podemos citar aqui o **Palacete Bertholletia Excelsa**, onde este foi sendo construído desde 1928, inicialmente o objetivo era de construir uma escola, foi sendo construído por várias administrações até que enfim é inaugurado em Maio de 1940 pelo interventor Cleto Marques Praia, passando a ser sede dos poderes. Sua estrutura tem três dependências, sendo um lado para abrigar o poder judiciário, o meio o executivo e o outro o poder legislativo (PESSOA, 2005, p. 104).

Figura 08 – Prefeitura de Tefé

Fonte: Site IBGE, 2021.

O nome *Bertholletia Excelsa* é o nome científico da Castanha do Brasil, e por conta da castanha ser um dos principais frutos mais produzidos e exportados da cidade, e por fazer parte da cultura da mesma, entende-se que este seja o motivo para dar nome ao Paço Municipal.

Vale ressaltar também a existência do cemitério **Catedral da Saudade**, que possui em seu portão de entrada duas torres que fazem alusão a uma igreja, e pouco se encontrou sobre como surgiu e aqui cabe um estudo mais aprofundado sobre este. De acordo com Pessoa (2005, p. 55), este foi construído em meados de 1894, na qual permanece até hoje. Além da bela arquitetura de entrada, vale destacar também as diversas lápides com construções muito interessantes, podendo estes ser um atrativo turístico ímpar para a cidade.

Outro prédio histórico onde não se encontrou muitos registros sobre foi o **Mercado Municipal**, onde também necessita de um estudo mais aprofundado. Atualmente este encontra-se completamente descaracterizado, com a evolução da cidade e aumento do comércio na área e a falta de interesse de organização do comércio por parte do poder público por anos, acabou por se restar apenas a vista as fachadas do antigo Mercado Municipal.

Figura 09 – Mercado Municipal, 1983



Fonte: Site IBGE, 2021.

Um prédio em particular que podemos destacar, e que permanece até hoje na paisagem urbana de Tefé é onde **funcionava a Pan Air**. Este prédio faz parte da história dos meios de transporte da cidade, de acordo com Pessoa (2005), a Pan Air do Brasil S.A iniciou em 1941 suas operações, e fez seu primeiro voo no dia 1 de Maio deste referido ano. O autor narra que:

Era um vôo apenas de inspeções e estudo da região para futuros vôos, mas era o marco de mudanças radicais na comunicação e no transporte para o município. Os vôos se tornaram regulares, trazendo passageiros da cidade, turistas, o correio e mercadorias.

Este ainda conta que antes, a empresa já havia mandando construir uma balsa de madeira com 15 metros de comprimento, e instalaram os equipamentos para embarque/desembarque de passageiros e para o processo de abastecimento das aeronaves. E ainda assinala que a balsa “foi colocada onde fica a primeira rampa do porto da cidade. Presa por fortes poitas, não oscilava e se podia saltar ou embarcar com segurança”.

Figura 10 - Prédio onde funcionava a Pan Air



Fonte: Site IBGE, 2021.

Figura 11 – Prédio onde funcionava a Pan Air



Fonte: O autor, 2021.

O **Prédio da Capitania dos Portos**, fora inaugurado por volta de 1907, às margens do Lago de Tefé, como capela do Bom Jesus, sendo esta uma obra do padre Afonso Donnadieu, que ampliou a capela para que pudesse servir como igreja paroquial provisória. Continuou com esta função até 1935, e a partir de 1989, o prédio foi cedido para a Marinha do Brasil, funcionando até hoje como sede da Capitania dos Portos de Tefé (GRUYTERS, 2011, p. 223, apud Santos, 2016, p. 83).

Figura 12 – Prédio da Capitania dos Portos



Fonte: O autor, 2021.

De acordo com Santos (2016, p. 80), existem casas antigas que não necessariamente remetem ao período imperial, se utilizam dos mesmos materiais das casas da época, onde estas são feitas de barro e cobertas de telhas vermelhas. E “são resíduos de uma tradição que mantém viva até agora a da cidade” (idem), podem ser consideradas as casas mais antigas da cidade de Tefé, e guardam uma história e uma cultura da cidade.

Estas casas são parte da história da cidade, que atualmente tem como fim a moradia apenas, é notória a necessidade da valorização deste espaço, de políticas públicas de salvaguarda destas casas, onde pode-se ver as condições que se encontram, conforme demonstrado na figura 13 abaixo.

Figura 13 – Casas na esquina da rua Daniel Sevalho com a Travessa Sete de Setembro



Fonte: Sandrielle P. Santos, 2016

Se fazem necessárias políticas públicas de resgate histórico, a exemplo da capital Manaus, onde a Prefeitura de Manaus elaborou um projeto de revitalização e transformação das casas 69 e 77 na rua Bernardo Ramos, através de recursos do fundo Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultura (G1, 2018), que são consideradas umas das primeiras casas de Manaus. Estas têm como nova função atualmente de Centro Cultural Oscar Ramos, que serve além de cunho cultural, de resgate e valorização daquele local.

A antiga **Praça Túlio Azevedo**, sofre com descaracterização e modificação de suas funções conforme o tempo, sobre a qual cada gestor público municipal que passa, tenta deixar sua marca, antes uma praça histórica ao lado do mercado municipal (outro que fora praticamente perdido, restando apenas a fachada conforme a figura 14 abaixo), atualmente encontra-se com um avião em vez de um coreto como era conhecido conforme a figura 15.

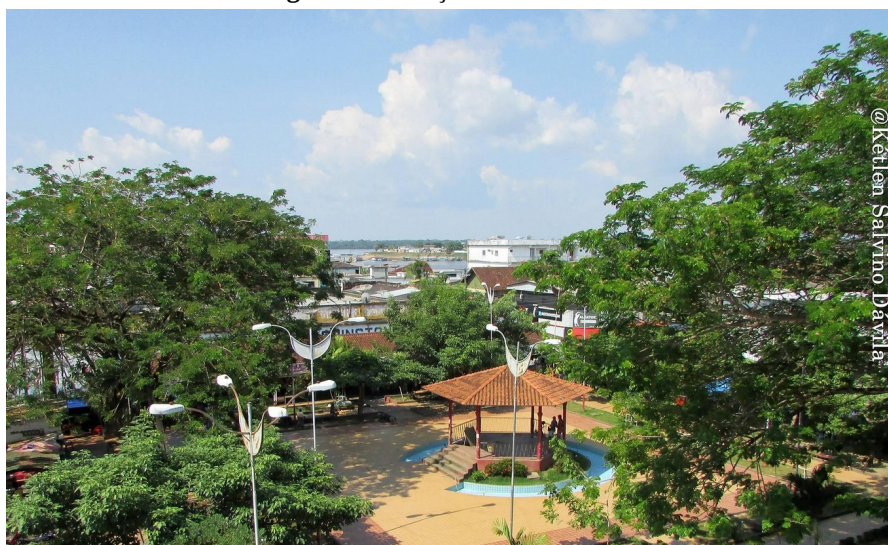
Figura 14 – Fachada do antigo Mercado Municipal



Fonte: O autor, 2021.

Atualmente é uma praça totalmente “moderna”, e cada parte dela leva a marca de algum gestor público que tenta sobressair a obra de seu antecessor, destruindo parte do que este fez, não obtendo uma continuidade. Ao fazer uma análise sobre essa questão, Marques (2021, p. 29859) assinala que “[...] cada governante tenta sua promoção pessoal e as políticas públicas voltadas para o bem comum, para o cuidado da cidade e com a memória coletiva fica em segundo plano”.

Figura 15 – Praça Túlio Azevedo



Fonte: Ketlen Salvino Dávila, 2018.

A praça Túlio Azevedo, ora citada, encontra-se lotada de camelôs, sem nenhum tipo de organização e planejamento, delimitando um espaço que seria de lazer e recreação. Esta praça poderia ser usada para as atividades turísticas de visitação, por ser localizada na região central da

cidade, e por ser uma das poucas áreas arborizadas, hoje se resume apenas em ser utilizada para espaço de comércio por se encontrar ao lado do Mercado Municipal.

Outro exemplo, é o antigo prédio da **Coletoria Federal**, localizado bem ao lado do seminário São José e a praça Túlio Azevedo, que por muitos anos sobreviveu tendo várias funções, dentre as mais recentes eram a de loja de artesanatos, e também local que ofertava cursos de música, informática e outros. Contudo, fora demolido, dando lugar a um prédio comercial que em baixo abriga diversas lojas e em seu piso superior um hotel, descaracterizando totalmente aquela área, que poderia ter sido reaproveitada para outros fins de caráter social e turístico da cidade, por ter sido um local histórico.

A partir do momento em que os edifícios históricos, segundo Choay (2011), constituíssem um entrave nos projetos de modernização da cidade, mesmo sendo considerados históricos, não são poupados.

Quanto a este prédio, poucos dados foram encontrados, sendo citado brevemente apenas por Pessoa (2005, p. 83), no qual afirma que o prédio fora solicitado por ordem do Governador do Estado à época, e a construção foi feita por Tércio Castelo Branco, e seu primeiro coletor foi Alfredo Santos.

Figura 16 - Prédio da coletoria Federal de Tefé



Fonte: Pessoa, 2005.

Já os patrimônios imateriais, destacam-se a **Festa da Castanha**, **Festival Folclórico** e **Festejo de Santa Tereza**, que ao longo dos anos vem perdendo aquilo que é da cultura Tefeense. A festa da castanha é um dos símbolos da cultura do povo tefeense, mas aos poucos vem perdendo seu

brilho, onde se valoriza aquilo que vem de fora (atrações nacionais), esquecendo o que é próprio da cultura local.

Estas festividades são populares na cidade, e Leite e Caponero (2010, p.100) conceituam como:

festas públicas ou privadas, de grande ou pequeno porte, com difusão nacional ou apenas regional, mas que demarcam culturalmente o nosso país, por serem dotadas de um impressionante significado e um sentido permeado de conotação simbólica, mítica e de função coletiva, enriquecendo o cotidiano do povo brasileiro, pois de alguma maneira, têm significado particular relacionado com a história da cidade e com o passado, mais ou menos longínquo, de formação da cultura popular.

A Festa da Castanha é uma das principais e mais famosas festas da cidade, de grande importância no âmbito do turismo, pois ocorre anualmente e desembarcam na cidade pessoas de diversas localidades do interior próximas a Tefé, da capital Manaus e até mesmo de fora do estado.

De acordo com Alvim e Roque (2018, p. 03), a Festa da Castanha surgiu em meados dos anos setenta, sendo uma festa muito popular, que agrega diversos elementos culturais, havendo diversas premiações, concursos de música e poesia, artes plásticas, torneios de futebol, shows de cantores e bandas da região e atrações nacionais, e é comemorada anualmente fazendo parte do calendário do município. Tefé é uma cidade produtora e exportadora de castanha, sendo a fruta mais produzida e exportada na cidade de acordo com o IBGE (2019), fazendo parte importante de sua economia.

Figura 17 - Folder da Festa da XVI Castanha



Fonte: No Amazonas é Assim, 2015.

Um dos principais destaques da festa, é a escolha da “Rainha da Castanha”, onde “jovens a partir de dezesseis anos desfilam em trajes sociais, de banho e por fim, com roupas típicas, elegendo-se ali a candidata de melhor desenvoltura e de melhor fantasia típica” (ALVIM e ROQUE, 2018, p. 03). Outro destaque são as apresentações culturais inspiradas nas lendas e mitos acerca da árvore da castanha e seu fruto, levando em conta toda a cultura herdada pelos povos indígenas que habitavam a região de Tefé.

As fantasias tanto da lenda da castanha, quanto dos desfiles “são construídas a base de matéria-prima da castanha, as roupas típicas chamam bastante atenção do público, que sempre aguarda surpresa e criatividade” (ALVIM e ROQUE, 2018, p. 04).

A origem da festa da castanha de acordo com Alvim e Roque (2018, p. 05) “[...] segue um modelo de evento realizado em outros municípios do interior do Amazonas, durante as décadas de setenta e oitenta, que buscava em algum produto de destaque local uma associação para a promoção da cultura”.

A cada ano que passa, a festa vem garantindo maiores proporções, pessoas vêm de todas as partes próximas, e da capital Manaus para prestigiar o evento. No entanto vem perdendo aquilo que é regional, dando maior destaque ao que vem de fora do estado. A festa é, sem dúvida, um importante e imponente atrativo cultural e turístico da cidade com uma importância imensa na sua economia.

O Folclore de Tefé, de acordo com Cabrolié (1996, apud OLIVEIRA, 2020, p. 42), “há uma narrativa sobre folclore, destacando que uma parte é originária da cultura indígena [...]”, e Oliveira (2020, p. 42), acrescenta que “as danças, músicas e teatro surgiram e se desenvolveram com a influência da Igreja Católica através dos padres, freiras e outras autoridades eclesiais vindos de outros centros mais desenvolvidos”.

Figura 18 - Folder de divulgação do 49º Festival Folclórico de Tefé



Fonte: No Amazonas é assim, 2019.

É notório que o folclore tefeense é herança, não só das origens indígenas através dos acontecimentos importantes em suas aldeias, como também da igreja católica, das festividades litúrgicas, bem como dos colonizadores que trouxeram as brincadeiras de roda, como a “Ciranda” (OLIVEIRA, 2020, p. 42).

O autor Cabrolié (1996, p. 34, apud OLIVEIRA, 2020, p. 43) narra que:

O evento surgiu através da Sociedade São Vicente de Paula, quando funcionários e colaboradores pensaram em uma ocasião que pudessem de alguma forma, alegrar os doentes internos naquele nosocômio, e nesse intuito decoraram a rua com bandeirinhas, balões além de montarem uma grande fogueira para homenagear São João. A convite da direção da instituição vieram do interior três grupos de danças, um cordão de Índios, um cordão Imperial e um de Ciranda. No ano seguinte em 1963, o vereador Domingos Franco de Amorim, conhecido popularmente por seu “Moreno”, teve a iniciativa de contatar os donos dos cordões, armar um tablado na Praça Getúlio Vargas e promover no dia 29 de junho o primeiro Festival Folclórico de Tefé. A partir de então Seu “Moreno” com os próprios recursos manteve o festival, acolhendo participantes vindos exclusivamente do interior. Seu “Moreno” sempre foi um entusiasta que lutou pela valorização danças e cordões folclóricos de sua época como: a Ciranda, o Gambá, Dança do Índio, Currupião, Cacetinho, Barqueiro, Boi-bumbá, quadrilhas entre outras, e, é lembrado até hoje, por sua dedicação ao folclore tefeense.

É citado diversas manifestações artísticas que seguem até hoje vivas, com muito esforço dos brincantes e na memória da população, e que fazem parte da atual conjuntura do festival, como a Ciranda, Barqueira, boi-bumbá, quadrilhas e outros.

O **Festejo de Santa Teresa**, é um dos mais marcantes da cidade, que ocorre anualmente entre os dias 06 e 15 de outubro, traz uma grande diversidade de fiéis tanto das cidades do interior como da capital Manaus. A procissão é um dos ápices do festejo que reunia milhares de pessoas antes da pandemia, junto com o arraial que ocorre dias antes da grande procissão com apresentações culturais e danças típicas da cidade que fazem parte do folclore da cidade conforme citado acima.

Figura 19 – Festejo de Santa Teresa D’ávila em Tefé-AM



Fonte: Amazonas Atual, 2019.

Diante do exposto, compreende-se que Tefé é uma cidade rica em cultura, tanto material quanto imaterial, com edificações com alto potencial para turismo cultural e religioso. A criação de roteiros e parcerias acerca desses atrativos culturais da cidade seria essencial, bem como a criação de um memorial da castanha, contando todo o processo desde a coleta, até o produto final sendo vendido, suas diversas contribuições tanto pra economia quanto para a cultura da cidade.

Ainda nesse sentido, seria interessante a transformação de espaços que se encontram em estado de abandono na cidade ou sob os poucos cuidados do poder público, em centros culturais ou de atendimento ao turista, e para aqueles que estão sob a posse da igreja, um memorial contando a trajetória de religiosos que foram importantes para o desenvolvimento da cidade, a partir desta ideia surgiria uma diversificação e atração maior tanto para turistas sendo um grande atrativo, como para residentes no que se trata do sentimento de pertença a cidade.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM TEFÉ: ANÁLISE DE PROCESSOS DE TOMBAMENTO, NORMATIZAÇÕES E AÇÕES GOVERNAMENTAIS E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO.

É importante pensar que “as políticas públicas são um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível do discurso através de sua simples formulação” (MÁRCIA SANTANA apud MEIRA, 2004, p. 03).

Pensando nisso que Ribeiro, Souto e Gomes (2009, p. 06) afirmam que “as políticas públicas necessariamente devem implicar no desenvolvimento planejado a curto, médio e longo prazo, para que a atividade proposta se desenvolva de maneira controlada”.

As políticas públicas devem ser pensadas e planejadas não só a curto prazo, mas também a médio e longo prazo, e não se prender apenas ao discurso, e sim ao planejamento e implementação. Torna-se extremamente difícil este planejamento principalmente no âmbito do poder público, no sentido da continuidade de um projeto de preservação, de uma política pública, onde muitos gestores findam seus mandatos e os que assumem acabam por deixar de lado não dando continuidade ao do gestor anterior sobrepondo e deixando sua “marca” atual.

Ainda sobre essa questão, segundo Marques et al (2021, p. 29859) “cada governante tenta sua promoção pessoal e as políticas públicas voltadas para o bem comum, para o cuidado com a cidade e com a memória coletivo fica em segundo plano”, o que é visto muito em Tefé e nas demais cidades do interior do Amazonas.

É essa descontinuidade das políticas públicas torna-se um enorme problema, visto que prejudica de todas as formas visando apenas um único interesse, muito longe do que é verdadeiramente uma política pública voltada para o bem da população.

Partindo dessas questões, os patrimônios culturais do interior do Amazonas, sejam eles materiais ou imateriais, encontram-se em constantes ameaças, seja pelo inchaço dos centros urbanos, seja pela especulação imobiliária, falta de políticas públicas de preservação consistentes ou diversos outros fatores adversos.

No que tange a conceituação de bem tombado, segundo a portaria nº 375 de 2018 do Iphan, que institui a Política de Patrimônio Cultural Material, define no artigo 20 da seção II do capítulo 2,

que tombamento “é instrumento de Reconhecimento aplicável a quaisquer bens culturais de natureza material, móveis e imóveis”.

Já as normatizações segundo a mesma portaria, no artigo nº 36 da seção 1 do capítulo 3, afirma que “o objetivo da Normatização é regular os procedimentos, definir parâmetros e estabelecer sistemas de gestão que garantam a preservação do patrimônio cultural material”.

Segundo Caponero e Leite (2010, p. 107) no que trata do registro patrimônio Imaterial:

A legislação nacional prevê o registro do patrimônio imaterial como forma de salvaguarda e preservação das práticas culturais significativas para a identidade e memória nacionais das gerações futuras e entre os bens registráveis estão as festas populares, que constituem um recurso cultural dos mais significativos.

Os mesmos ainda trazem uma interessante análise afirmando que:

As políticas públicas brasileiras, assim como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estão preocupadas com a continuidade da transmissão do patrimônio imaterial e procuram cada vez mais sistematizar conhecimentos e documentação sobre esses bens culturais, propondo a salvaguarda através de seu reconhecimento como patrimônio, mas ainda é um desafio a efetivação desse processo nas esferas mundial, federal, estadual e municipal. (Idem, p. 107)

A legislação brasileira bem como suas políticas públicas são voltadas para a preservação desse patrimônio imaterial e material e segundo os autores acima citados há essa preocupação com a continuidade da transmissão desses patrimônios. Isso na parte de legislação, contudo na prática é muito diferente, os órgãos públicos de todas as esferas, como já dito acabam por deixar de lado por conta dessa descontinuidade de políticas públicas, e este é um dos desafios de salvaguarda dos patrimônios.

De acordo com Murta (apud CAPONERO e LEITE, p. 107), os órgãos de preservação em todas as esferas de poder “são responsáveis em buscar recursos, alternativas de sustentabilidade financeira dentre os quais o turismo pode ser beneficentemente decisivo”.

Já Meira (2004, p. 09), vai afirmar que:

No âmbito dos municípios, a preservação do patrimônio cultural edificado, no Brasil, foi tradicionalmente efetivada através de lei de tombamento e pelos instrumentos de planejamento urbano – planos diretores, leis de uso do solo, etc. Muitas capitais brasileiras apresentam esses instrumentos, porém de maneira parcial ou em época mais recente.

No **âmbito Federal**, através do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) órgão responsável pelos processos de tombamentos, normatizações, licenciamentos e de políticas públicas no âmbito federal. Encontrou-se apenas o registro de um único bem ainda em processo de tombamento, assinalado uma observação descrita como processo de “instrução” e data de início do processo de tombamento que iniciou-se em 2014, onde está demonstrado no quadro 1 abaixo disponível para download no próprio site do Iphan:

Quadro 1 – Lista de Bens com processos de tombamento em andamento no interior do Amazonas pelo Iphan

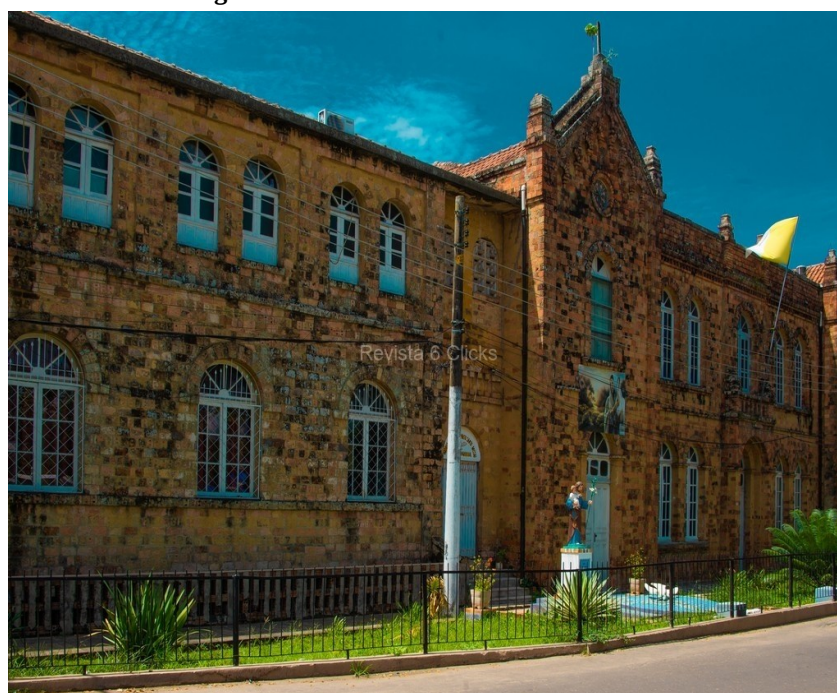
Município	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome do bem	Número do processo “T”	Ano de abertura	Situação
Novo Airão	Ruína	Ruínas da Cidade de Airão	1346	1995	INSTRUÇÃO
Tefé	Edificação	Seminário de Tefé	1701	2014	INSTRUÇÃO
Barreirinha	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Arquitetônico projetado por Lucio Costa	1799	2016	INSTRUÇÃO
Parintins	Edificação	Casa de Cultura Alzira Saunier	1843	2018	INDEFERIDO
Barreirinha	Infraestrutura ou equipamento urbano	Cemitério de Imigrantes Japoneses	1885	2019	INDEFERIDO

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPHAN, 2021.

O bem demonstrado em questão trata-se do Seminário São José, uma edificação de arquitetura ímpar e de valor histórico-cultural imensurável para a cidade de Tefé. O bem referido encontra-se ainda em estágio de instrução, no processo de nº 1701 iniciado em 2014, e já se passaram cerca de 7 anos desde o início e até o momento não foi finalizado ou sequer reconhecido e dado seu tombamento como patrimônio edificado. A partir do quadro exposto acima, fica evidente a pouca atuação do Iphan no interior do Amazonas, visto que o foco maior será sempre a capital, mas sabe-se que o interior dispõe de bastantes patrimônios de caráter histórico-culturais que precisam de maior atenção e de políticas públicas de salvaguarda.

A gestão do Seminário São José é de responsabilidade da Igreja Católica em específico da Prelazia de Tefé, e atualmente serve como residência oficial do Bispo, casa de passagem de padres, sede de pastorais e secretarias paroquiais e alguns eventos relacionados à Igreja.

Figura 20 – Seminário São José atualmente



Fonte: Revista 6 clicks, 2021.

Nota-se a necessidade de políticas públicas e reconhecimento do poder Público em todos os âmbitos, em face da necessidade de preservação do seminário que sobrevive através dos esforços da Igreja Católica, que é possuidora da maioria dos bens edificados de natureza histórica que sobrevivem ao crescimento urbano da cidade de Tefé. De acordo com a tabela acima citada, o Seminário São José é o único que faz parte da cidade de Tefé que iniciou seu processo de tombamento através do órgão federal (IPHAN).

Já no **âmbito Estadual**, no que se refere a processos de tombamentos e normatizações e reconhecimentos, foram encontradas apenas leis por parte da Assembleia Legislativa do Amazonas – ALEAM.

Foi encontrada a Lei nº 4.954 de 11 de Outubro de 2019, que fora aprovada em plenário da Assembleia Legislativa do Amazonas - ALEAM, que trata da inserção do Festejo de Santa Teresa D'ávila no roteiro oficial do turismo religioso do Estado do Amazonas.

De fato, existe uma importância enorme no que tange esta inserção através de um projeto de lei dado toda sua importância e seu reconhecimento cultural. Contudo, a sua real efetivação pode não verdadeiramente acontecer, visto que não se conhece a existência de um roteiro de turismo religioso na qual Tefé com o Festejo de Santa Teresa, esteja inserida ou se existe é pouco divulgado, além disso não se encontrou nada no órgão oficial de turismo do Amazonas, a Amazonastur, em relação a esta inserção ou em divulgação de pacotes de agências de turismo.

Há também a lei nº 5.200 de 4 de Junho de 2020 da Assembleia Legislativa do Amazonas - ALEAM, do qual reconhece a Festa da Castanha como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Amazonas.

No que diz respeito ao poder **público municipal** encontrou-se apenas a lei nº 178 de 11 de junho de 2021 da prefeitura de Tefé, que trata sobre a criação do conselho municipal de turismo que ainda não esta atuando definitivamente, visto que seus membros ainda não foram eleitos. No artigo 2 da referida lei, estabelece que um dos 16 membros deste conselho seja representante de entidades que atuem no segmento de cidadania e patrimônio cultural.

Isto já se torna um pequeno passo, para que comece as discussões sobre a importância da preservação dos patrimônios culturais e de suas futuras utilizações como atrativos turísticos da cidade e de lazer para a população. Não se encontrou nada além desta lei e uma ação da prefeitura de Tefé de reforma e restauração das estruturas do cemitério Catedral da Saudade em que suas obras foram entregues no dia 01 de novembro de 2021. No que diz respeito às políticas de preservação do patrimônio cultural da cidade de Tefé, encontrou-se apenas isso por parte do poder público municipal.

Figura 21 – Fachada do Cemitério Catedral da Saudade



Fonte: Instagram divulga.tefe.am, 2021 .

De acordo com Correa, et al (2016, apud FERNANDO, 2018, p. 48), no que diz respeito ao conhecimento da população tefeense acerca da atuação do poder público, no sentido de preservação do patrimônio cultural, afirma que:

Os sujeitos, de modo geral, afirmam desconhecer a atuação do poder público no sentido de preservar o patrimônio histórico e arqueológico do município e alguns afirmam que somente a Igreja tem feito algo para preservar as antigas construções como o Seminário, a Igreja Matriz e a Rádio Rural, promovendo reformas nas mesmas para que não se deteriorem.

Um fato, citado pelos autores e que realmente vem acontecendo é de que as construções que já são consideradas pela população patrimônios culturais, sobre isso Fernando (2018, p. 13) cita que:

Muito embora as construções antigas da cidade não tenham sido tombadas em nenhuma instância, elas representam uma memória vinculada à trajetória histórica da cidade e, portanto, são apropriadas pelos moradores como patrimônio histórico cultural.

Somente a igreja católica (Prelazia de Tefé) vem desempenhando um papel fundamental na manutenção e preservação desses lugares edificados. Ainda nesse pensamento acerca da preservação dos espaços, os autores Correa, et al afirmam que “a Missão dos Espiritanos, por exemplo, tem sido mantida somente pela própria Congregação dos Espiritanos, sem nenhuma parceria com Secretarias, seja de cultura ou turismo de Tefé” (apud FERNANDO, 2018, p. 48).

Figura 22 – Casa da Missão dos Espiritanos atualmente



Fonte: Lucas Ramus, 2021.

Pensando nisso, vale destacar que para Marques, et al (2021, s.n):

A preservação do patrimônio material e imaterial brasileiro representa um dos pontos centrais de atuação das políticas culturais. Na base dessa atuação está uma noção de patrimônio que busca contemplar, atualizar e valorizar a percepção histórica e artística da diversidade cultural, étnica e social do país, bem como seus documentos arqueológicos e etnológicos.

Contudo, o que se observa é o pouco interesse do poder público em todos os âmbitos, no que tange a elaboração de políticas públicas consistentes e que não fiquem apenas no discurso. O autor Fernando (2018, p. 35), afirma que, “o que se nota é um grande interesse de crescimento econômico que em certa medida tem criado uma expectativa sobre o uso dos espaços públicos e dos locais onde se encontram construções históricas”, e destaca o que geralmente ocorre, onde muitas vezes existe

apenas interesses econômicos em jogo, o que acaba gerando expectativas exorbitantes sobre os locais históricos, ou mesmo a demolição deles para dar lugar a prédios ditos modernos, como foi o caso em Tefé do prédio da coletoria federal que fora demolido, para dar lugar a um outro prédio, situando-se ao lado do seminário São José, descaracterizando totalmente a paisagem local.

Vale destacar também que segundo Funari (s.d, apud FERNANDO, 2018, p. 50), “as metas da preservação do patrimônio incluem informação, criação de consciência, transformação e ação no mundo, pois a preservação dos bens culturais pode levar à reflexão crítica, transformando a própria sociedade”.

Estes seriam um dos caminhos a começarem a ser trilhados, no sentido de políticas de salvaguarda do Patrimônio Cultural, e aí entra o turismo como um vetor de valorização e preservação destes patrimônios e gerar discussões sobre o uso turístico desses que beneficiem tanto a comunidade local, quanto turistas.

O autor Paes (2009, apud CABRAL, 2017, p. 22), fala sobre o termo patrimonialização, que envolve práticas sociais, das mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, além dos processos de institucionalização do patrimônio, que por fim permitem trilhar o caminho de preservação dos bens culturais, sendo eles materiais e imateriais.

É pensando nisso que a cidade de Tefé, através dos patrimônios culturais elencados neste estudo, fica evidente uma alta potencialidade e vocação para o Turismo Cultural. E de acordo com a cartilha de segmentação do Ministério do Turismo (2006, p. 6):

Turismo cultural compreende as atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Um dos caminhos como já citado, visto a existência mínima de políticas públicas de salvaguarda, seria o turismo cultural, que pode gerar uma abrangente discussão sobre a salvaguarda e o uso turístico destes bens. Com isso, Carvalho (2011, p. 162) afirma que:

O aproveitamento do patrimônio cultural pela atividade turística deve considerar os elementos definidores da cultura sob o olhar da comunidade, incrementando a oferta local com roteiros, serviços e produtos que enalteçam a vivência dos turistas no destino, além de enfatizar o protagonismo da comunidade em áreas de interesse turístico. Assim, o turismo passa a ser entendido como instrumento de reforço das identidades e de articulação das culturas locais, na medida em que estimula a

participação da comunidade no processo de planejamento e gestão da oferta turística.

É nesse mesmo pensamento de envolvimento da comunidade que Camargo (2002, apud CARVALHO, 2011, p. 161) sensibiliza sobre a atividade que:

Para que haja o pleno desenvolvimento do turismo cultural, a população residente, como agente produtora do patrimônio, deve ser conscientizada sobre a importância dos bens culturais como suportes de memória, de continuidade de práticas socioculturais e vetores de desenvolvimento econômico. O patrimônio cultural como produto turístico prescinde de um gerenciamento racional e equilibrado, no qual os diferentes atores sociais interagem de forma integrada e colaborativa.

Quando se pensa em políticas de patrimônio cultural aliado ao turismo, deve-se pensar primeiramente no bem que fará a população, é preciso envolver primeiramente a estes que são atores principais.

Para Barreto (2001, apud CARVALHO, 2011, P. 157) “paralelamente, o turismo é identificado como suscitador do sentimento de pertença da comunidade em relação ao seu patrimônio, estimulando a conservação da memória e da identidade cultural”.

A cidade de Tefé necessita de políticas que envolvam a população, e pensar em políticas de educação patrimonial, e de restauração e reparação dos seus patrimônios edificados e valorização dos seus saberes e fazeres que estão em suas festividades sejam elas religiosas, folclóricas e outras.

Carvalho (2011, p. 159), complementa que “no âmbito do turismo cultural, a valorização dos conteúdos dos bens patrimoniais enaltece a experiência turística, ao mesmo tempo em que fortalece os laços, identitários entre a comunidade e o seu patrimônio.”

Arantes (2006, p. 434) salienta também que:

A estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades. Ele possui um valor educativo determinante e está ameaçado pelo abandono, por restaurações abusivas e, especialmente, pela especulação financeira e imobiliária.

O autor Cruz (2003, p.14 apud CABRAL, 2017, p. 14) ressalta que as políticas de turismo privilegiam mais o turismo de sol e praia e no caso de Tefé, o ecoturismo que o Turismo Cultural, e isto provoca uma pouca contribuição da atividade turística na preservação, valorização e

preservação do patrimônio, além da diversificação da atividade turística. E falando sobre o turismo cultural “esse por sua vez pode contribuir na diversificação da oferta turística do lugar, nos produtos oferecidos aos turistas”.

No caso de Tefé, existe de fato uma extrema vocação para o ecoturismo, visto que é porta de entrada para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Contudo, a cidade fica apenas como porta de entrada, visto que os turistas chegam através do aeroporto da cidade, desembarcam e seguem diretamente para o Mamirauá, e se não se conhece a existência de roteiros que façam estes turistas conhecerem a cidade, ou até mesmo um incentivo da própria secretaria de turismo para que estes turistas fiquem na cidade, e conheçam seus atrativos turísticos, que se houvesse poderia contribuir na diversificação da oferta e nos produtos oferecidos pelos turistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os bens culturais fazem parte do cotidiano, por se encontrarem em suma, no centro da cidade de Tefé, onde se encontra o maior movimento de pessoas devido aos comércios, a partir disso é notório os riscos que estes patrimônios sofrem, tanto de serem absorvidos pelo crescimento dos centros comerciais como o antigo Mercado Municipal, que restou apenas a fachada tomada de outdoors de lojas e algumas colunas, quanto pelo descaso do poder público.

Outro aspecto observado é a falta de políticas consistentes e voltadas para a verdadeira salvaguarda do patrimônio. A partir da análise deste estudo, é notório que a cidade de Tefé carece de um olhar mais abrangente dos poderes públicos em todos os âmbitos, seja Federal, Estadual ou Municipal, e que haja diálogo entre estes, para que encontrem caminhos como o do turismo como forma de valorização e preservação. Vale ressaltar a dificuldade em acesso aos dados, muitos desatualizados em sites oficiais ou nem funcionando, ou até mesmo sem resposta por parte de algumas secretarias quando fora feito o contato, o que dificulta bastante no que se trata da busca por dados para pesquisas.

Constatou-se que o foco maior das políticas de preservação está mais voltado para a capital Manaus, mas é evidente neste estudo que cidades do interior, como neste a cidade de Tefé que é o foco da pesquisa, é rica em cultura e história. São diversos os seus patrimônios que aqui foram elencados, muitos edificadas e que correm o risco de se perderem com o passar do tempo, sem nenhum projeto de revitalização ou sequer apoio do poder público na sua conservação. Outros de natureza imaterial que carecem de uma atenção especial das secretarias de cultura e de turismo.

Foram identificados bens edificadas que estão em maior evidência na cidade, mas o fato é que existe a probabilidade da existência de outros bens que passam despercebidos aos olhos e aqui cabe um maior estudo e aprofundamento e resgate histórico da cidade para que sejam mapeados e estejam aos olhares do poder público. A cidade carece de planejamento urbano, em um pensamento alinhado à conservação e preservação dos bens históricos materiais e de melhora da paisagem no entorno destes.

Outro fator observado é a falta de incentivo do poder público no que tange a educação patrimonial da comunidade, e as questões referentes a sua divulgação como destino turístico e criação de roteiros dentro da cidade, instigando o turista a conhecê-la. É preciso que haja uma parceria entre o poder público e a igreja no que se trata dos bens edificadas, visto que a maioria destes bens está sob a posse da Igreja Católica (Prelazia de Tefé), para que lancem um olhar de

preservação em conjunto, e na elaboração de políticas de preservação destes locais e criação de possíveis roteiros.

A cidade de Tefé faz parte do Mapa do Turismo Brasileiro, inserida dentro do polo solimões, nota-se a necessidade de uma maior divulgação, não só das festividades que existem no interior do Amazonas, mas também de seus patrimônios culturais, sejam eles materiais ou imateriais. O Amazonas exala uma diversidade cultural enorme, cada cidade tem sua culturalidade, tem suas festividades, seus saberes e fazeres, muitas com arquiteturas ímpares e cada qual com uma história diferente e que tem um potencial enorme a ser estudado, divulgado e visitado. Amazonas não é só Manaus, não é só boi bumbá, o Estado do Amazonas é rico em cultura e falta maior valorização da cultura do interior e de seus atrativos turísticos.

Por fim, a presente pesquisa buscou incitar ao público em geral e ao poder público reflexões acerca de questões referentes ao patrimônio cultural da cidade de Tefé, bem como políticas públicas que salvaguardam estes, aliados ao turismo como forma também de preservação e dar a estas novas funções. Quanto a comunidade acadêmica, espera-se que este trabalho tenha incitado novas ideias para pesquisas e reflexões acerca das questões patrimoniais a princípio de políticas públicas, não só na cidade de Tefé, mas também pensar em todas as cidades do interior do Amazonas que carecem de pesquisas nesse sentido, na busca de novos questionamentos e novas respostas. É preciso também a partir de novos estudos, verificar como a comunidade de Tefé reconhece esses patrimônios como parte de sua cultura e história, outro ponto importante é o aprofundamento maior dos patrimônios, de resgate histórico, principalmente naqueles bens edificadas que passam despercebidos aos nossos olhos.

REFERÊNCIAS

ABREU, I.; OLIVEIRA, J. M. Arquivos documentais e experiências missionárias na Amazônia: Um estudo de caso sobre a atuação dos Espiritanos em Tefé nas primeiras décadas do século XX. **Canoa do Tempo- Revista do Prog. de Pós-Graduação em História**, Manaus, v. 10, n. 2, p. 22-39, Dezembro 2018.

ALVIM, Cristiane Aparecida Braga; ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino. **AS FANTASIAS ARTESANAIS DE ANITA BRAGA NA FESTA DA CASTANHA – TEFÉ – AMAZONAS**. XXII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VIII Encontro de Iniciação à Docência - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos - SP, 2018.

AMAZONAS Atual. [S. l.], 4 nov. 2019. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/tefe-estima-receber-7-mil-romeiros-na-festa-de-santa-teresa-davila/>. Acesso em: 1 dez. 2021.

ARANTES, A. A. **O patrimônio cultural e seus usos: A dimensão urbana**. *Habitus*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CORREA, A. M. F. et al. Gestão para conservação e manutenção dos patrimônios culturais da comunidade da Missão em Tefé/Am. **Igapo- Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do Ifam**, Tefé, v. 10, n. 2, p. 135-145, Dezembro 2016.

CARVALHO, K. D. Lugar de memória e políticas públicas de preservação do patrimônio: Interfaces com o turismo cultural. **Turismo - Visão e Ação**, Camboriú, v. 13, n. 2, p. 149-165, Maio-Setembro 2011.

CAPONERO, M. C. ; LEITE, E.; **Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo**. *Revista Patrimônio: Lazer & Turismo*, V. 7, n.10, p. 99-113, abr-jun./2010.

CHOAY, F. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2011.

CABRAL, Valbeci Alves. **DA CIDADE HISTÓRICA À CIDADE DOCUMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NA CIDADE DE CAMETÁ-PA**. 2017. 114 p. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal do Pará/Campus de Cametá, Cametá-PA, 2017.

DÁVILA, Ketlen Salvino. Praça Túlio Azevedo. 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://emtempo.com.br/amazonas-cidades/108792/cidade-de-tefe-completa-163-anos-de-historia-no-amazonas?d=1>. Acesso em: 4 out. 2021.

FILHO, N. A. Q. V. Patrimônio, Turismo e Sustentabilidade. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 11-24, Dezembro 2002.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar , 2006.

FLICK, U. **Introdução a metodologia da pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FERNANDO, V. L. **CULTURA MATERIAL E IDENTIDADE CULTURAL: OU COMO OS TEFEENSES PERCEBEM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO**. Tefé: Universidade do Estado do Amazonas, 2018.

FOTO da fachada do cemitério catedral da saudade. Tefé-AM: [s. n.], 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/divulgatudo.tefeam/p/CVniSL3lzSZ/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 3 dez. 2021.

FOLDER de divulgação do Festival Folclórico. Manaus, 2019. 1 fotografia. Disponível em: <https://noamazonaseassim.com/miss-tefe-e-49-festival-folclorico-de-tefe-prometem-agitar-a-rainha-do-solimoas/>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1. **Casas mais antigas de Manaus retratam arquitetura do período colonial**. Manaus, 23 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/manaus-de-todas-as-cores/noticia/2018/10/23/casas-mais-antigas-de-manau-retratam-arquitetura-do-periodo-colonial.ghtml>. Acesso em: 27 dez. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre : UFRGS, 2009.

IPHAN. [S. l.], 22 nov. 2021. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2021_11_22_CONTROLE_BENS_TOMBADOS.zip. Acesso em: 1 dez. 2021.

IBGE. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tefe/historico>. Acesso em: 11 nov. 2021.

IBGE, **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020

LIMA, E. X. **Políticas Públicas de requalificação de áreas centrais de cidades: o processo de requalificação do Centro Histórico de Manaus**. Dissertação (Mestrado em contabilidade e controladoria) – Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em contabilidade e controladoria, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

MEIRA, A. L. G. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em revista**, 2004.

MARQUES, W. R. et al. O patrimônio cultural e as políticas públicas para o centro histórico de São Luís do Maranhão. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 29853-29870, mar. 2021.

MARUJO, N. O estudo Acadêmico do Turismo Cultural. **Turydes - Revista Turismo e Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 18, p. 1-18, Junho 2015.

OLIVEIRA, Patrícia Torme de. **A DANÇA DA LIBERTAÇÃO: Um estudo sobre a Dança Africana de Tefé (AM)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Manaus, 2020.

OLIVEIRA, Maria. **A Influência dos Eventos na Taxa de Ocupação Hoteleira Study Case - Montebelo Viseu Hotel & Spa**. [S. l.: s. n.], 2014.

PROGRAMAÇÃO da Festa da Castanha 2015. [S. l.], 1 set. 2015. Disponível em: <https://noamazonaseassim.com/programacao-da-festa-da-castanha-2015/>. Acesso em: 4 out. 2021.

PESSOA, P. L. **História da Missão de Santa Tereza D'Ávila dos Tupebas**. 1. ed. Tefé: Novo Tempo, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Cristiane; COELHO, Leni Rodrigues. **Rádio Educação Rural de Tefé e Centro de Treinamento Irmão Falco: caminhos para a construção de um Arquivo Histórico em Tefé AM**. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v. 25, ed. 2, 2012.

SANTOS, S. P. **Tempo e Espaço na Amazônia Colonial: da vila de Ega à Cidade de Tefé Séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SOUZA, Augusto Cabrolié Gonçalves de. **Síntese da História de Tefé**. Tefé-AM: S/n, 1983. 31 p.

TURISMO, M. D. **Estudos da competitividade do Turismo Brasileiro**. Ministério do Turismo. [S.l.], p. 1-54. 2006.

TELES, L. E. C. Uso da memória e do esquecimento na história de Tefé/Am: as culturas indígenas, a igreja católica e as ordens religiosas. **Nova Revista Amazônica**, Bragança/Pará, v. 1, n. 2, p. 45-59, Jul/Dez. 2013.

RIBEIRO, M.; SOUTO, C. B.; E. M. L. G. Uma análise das políticas públicas em turismo e patrimônio cultural em dois municípios do estado de Alagoas/Brasil: Penedo e Piranhas. **CULTUR – Revista de Cultura e Patrimônio**, n. 02, abril/2009.

REVISTA 6 CLICKS (Brasil). *In*: TEFÉ: A PRINCESINHA DO SOLIMÕES. [S. l.], 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.revista6clicks.com.br/2021/11/30/tefe-a-princesinha-do-solimoies/>. Acesso em: 1 dez. 2021.

VIEIRA, Gustavo Henrique Bezerra. **Políticas públicas para o turismo no nordeste, o prodetur no Maranhão**. São Luís. UFMA, 2005.